

LEO WAIBEL: *Die europäische Kolonisation Südbrasilens*. 152 págs., com 25 fots. em 6 pranchas fora do texto. Colloquium Geographicum, vol. 4.º. Ferd. Dümmlers Verlag. Bonn, 1955.

Um eminente cientista se dirige ao político e ao administrador, a fim de adverti-los de um dos grandes perigos que pairam sobre o futuro do país. Uma voz a mais que clama no deserto.

Os geógrafos brasileiros conhecem as idéias de Waibel relativas à colonização em conexão com o problema florestal. Já em 1949 o pesquisador as expôs em seus "Princípios da colonização européia no sul do Brasil" (*Revista Brasileira de Geografia*, XI, 2, págs. 160-222), versão preliminar da obra que ora se publica. Esta, segundo as palavras do autor (pág. 19), constitui a primeira apresentação do Brasil Meridional sobre base geográfica, visando, em certo sentido, a um levantamento geral da colonização enquanto transformadora das paisagens da região abrangida pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Baseia-se a discussão na dicotomia entre campos e matas. As primeiras colônias alemãs do Brasil Meridional foram fundadas à beira da floresta com o intuito de se garantir o trânsito pela mata, repelir os índios selvagens e desbravar pouco a pouco a área florestal (pág. 40). Caracteriza-se a colonização, em tôdas as suas fases, como empresa organizada, uma vez que de outra forma não teria sido possível vencer os empecilhos que se lhe opunham. E a lavoura se expandiu quase que exclusivamente pela zona da mata, onde surgiram cidades com intensa atividade econômica e cultural, contrastando com a existência "retrograda" dos colonos da área rural. Waibel defende a tese de que êsse "atraso" é fruto do caráter primitivo da lavoura combinado com o fato de que a colonização do Brasil Meridional ficou restrita ao território da mata.

Para Waibel, o "fato fundamental" da colonização européia nesses Estados é o de que o colono, adotando as técnicas de lavoura que o caboclo herdou do aborígene (o sistema da capueira ou da roça), explora o solo de maneira insensata, sem conhecer quaisquer meios de conservá-lo e, muito menos, de melhorá-lo. Mais ainda, a atividade dos colonos é pior do que a dos caboclos semi-nômades, pois, confinando-a cada qual ao lote que lhe pertence, pratica-a de modo muito mais intenso e nefasto.

O autor prega, por isso, idéias revolucionárias, exigindo mudança radical no sistema de colonização. Contraria a velha opinião de que os campos e faxinais não se prestariam para o cultivo, exige que se abandone a tradicional separação entre agricultura e pecuária, e que, em vez de se recrutarem os imigrantes no proletariado rural, se aceitem apenas os que possuam experiência e conhecimentos de agronomia. Aos colonos que não disponham de capital cumpre dar crédito suficiente para poderem montar as suas granjas segundo os moldes das terras de origem. Modelo a ser imitado seria a colônia holandesa de Carambeí, no Paraná, onde, em pleno campo de solo pobre, floresce a lavoura em simbiose com a criação de gado. Multiplicada essa solução, eliminar-se-ia a tríade que, segundo Waibel, assola o Brasil: a escassez de mantimentos, a subnutrição e a pobreza das massas populares.

A revolução pregada pelo geógrafo atinge em cheio as normas da política imigratória no tocante às diferenças étnicas e culturais. Decididamente contrário às colônias mistas, Waibel exige que se permitam aos ádvenas a constituição de comunidades culturalmente homogêneas e a conservação de seu idioma de origem. Além disso, cada colônia deve formar uma unidade religiosa e uma paróquia distinta. Enfim, a escôlha dos professôres deve ser feita no sentido de se promover a fusão cultural nos filhos de colonos, que devem ser educados como ardorosos cidadãos

do país. O erro do Brasil em matéria de colonização teria sido o de ter em vista quase que exclusivamente os seus próprios interesses, considerando de ordem secundária os anseios dos colonos.

Não é difícil prever a onda de protestos que boa parte dessas idéias há de provocar entre os que, de tempos em tempos, se julgam na obrigação de alertar os bons patriotas quanto à ameaça que acreditam pairar sobre a cultura luso-brasileira. E receamos que a indignação que os dominará venha a tirar-lhes a serenidade necessária ao exame dos fatos apontados pelo cientista.

Waibel faleceu antes que lhe fôsse dado completar e rever os originais para a publicação. Vários capítulos se afiguram, por isso, fragmentários, ao passo que em outros o texto não está suficientemente elaborado, apresentando senões, como, por exemplo, a confusão entre amarelão e febre amarela (pág. 76). Isto não impede que se recomende o livro à meditação de quantos se considerem co-responsáveis pelo futuro do Brasil.

*Egon Schaden*

WALTER BECK: *Grundzüge der Sozialpsychologie*. 175 págs. Johann Ambrosius Barth. Munique, 1953.

Walter Beck foi livre-docente da Universidade de Mogúncia e trabalhou por muitos anos no campo da educação popular e nos quadros da organização presidiária. Dedicou-se à prática do psicodiagnóstico, da psicoterapia, da administração do trabalho, do serviço social, da pedagogia social e exerceu o cargo de orientador profissional num departamento regional de trabalho. Assim, passou longos anos em muitos setores práticos da vida social.

A presente obra é a de um homem que encara o ideal do saber como uma combinação sólida entre ciência e prática; ideal que se pode exprimir, talvez, através de fórmulas como “a prática exercitada na escola da ciência” ou “a ciência enriquecida pela prática”. De que maneira a ciência, permanecendo embora autônoma, pode adotar em sua forma secreta, graças aos contactos práticos do cientista com a realidade, uma orientação até certo ponto pragmática — eis a questão crítica com que o comentarista, apoiado na própria natureza do assunto, pôde abordar, adequadamente, semelhante produto espiritual.

A concepção fundamental do autor é a “hipótese da polaridade social-individual” como peculiaridade estrutural da alma humana. Esta não existe apenas em si e por si, nem tampouco se reduz a um “sample”, fragmento ou elemento homogêneo de um coletivo psíquico. O que ocorre é que, segundo o princípio da polaridade social e individual, “tanto a individualidade como a socialidade se encontram fundamentadas, congênitamente, na alma individual, não como meros aspectos ou partes, mas como *polos* que determinam a estrutura psíquica e dentro de cujo campo energético se realiza a vida psíquica” (pág. 6). Embora coloque liberalmente essa hipótese em competição com outras possíveis, o autor não consegue desfazer a impressão apodíctica que ela causa.

Contudo, essa concepção de utilização simples se revela recurso eficiente na organização do material empírico, inclusive com relação aos problemas mais complexos da realidade psico-social. E Beck apresenta também explicações satisfatórias para os casos em que falha um dos polos (o individual ou o social) (págs. 125-126). A perspectiva básica lhe serve para aperfeiçoar o aparelhamento apriorístico da ciência, elu-